

sentença nº 0000809-93.2021.8.26.0053) - 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. Pretensão de recebimento de Pensão por Morte até a conclusão de curso universitário, bem como de recebimento de indenização para compensação de danos morais. Sentença de improcedência. Recurso de Apelação da parte autora parcialmente provido, apenas no que se refere à pretensão de recebimento de valores pretéritos de Pensão por Morte. Embargos de Declaração opostos por ambas as partes, sendo os aclaratórios da parte autora acolhidos sem alteração do resultado, ao passo que os aclaratórios da Fazenda Pública foram rejeitados. Recurso Especial e Recurso Extraordinário da Fazenda Pública inadmitidos. Agravo em Recurso Especial da Fazenda Pública conhecido para não conhecer do Recurso Especial. Determinação do Supremo Tribunal Federal de devolução do Agravo em Recurso Extraordinário à origem para observância aos procedimentos previstos nos incisos I a III do artigo 1.030 do Código de Processo Civil. Recurso Extraordinário com seguimento negado. Trânsito em julgado. Intimação para cumprimento da obrigação de fazer, sob pena de imposição de multa diária. Providências do IPREM. Nos termos de orientação do Departamento Judicial - JUD 21 por meio do Encaminhamento PGM/JUD 21 nº 038359681 constante do processo SEI nº 6310.2021/0000283-9 para cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 1036384-24.2016.8.26.0053, em tramitação perante a 1ª Vara de Fazenda Pública, movida por NADIA MORAES DOS SANTOS, objetivando recebimento de pensão por morte até a conclusão do curso universitário, determino, em caráter definitivo, em face à Ação de Cumprimento de Sentença nº 0000809-93.2021.8.26.0053, em andamento perante a 1ª Vara da Fazenda Pública, a elaboração de demonstrativo de valores pretéritos da cota-parte da pensão por morte que deixaram de ser pagos à autora NADIA MORAES DOS SANTOS, ex-pensionista nº 19572/2-01, nascida em 18/10/1991, portadora da identidade RG nº 34.696.944-0 SSP/SP e do CPF/MF nº 325.493.828/38, considerando como termo inicial a data da cessação do benefício em virtude de a autora ter completado 21(vinte e um) anos de idade (18/10/2012) e como termo final a data de conclusão do curso superior em 28/05/2015 (fls. 26 - documento 038359682).

BENEFÍCIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

6310.2021/0000319-3 - YVIS CRISTINA DE CARLIS - DEFIRO o pedido de Certidão Negativa.

6310.2021/0000330-4 - RAIMUNDO PEREIRA DO ESPIRITO SANTO - DEFIRO o pedido de Certidão Negativa.

EXTINÇÃO DE PENSÃO

6310.2020/0002697-3 - THEREZA PIRES RODRIGUES - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 06/03/2020.

6310.2020/0004016-0 - CARMEN CÉLIA TANUS - À vista das informações e com base no artigo 21, I da Lei nº 15.080/2009, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 09/05/2020, recalculando-se o benefício nos termos do artigo 22, do mesmo diploma legal.

6310.2020/0004030-5 - MARIA DE JESUS MARTINS - À vista das informações e com base no artigo 16, I da Lei nº 10.828/90, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 01/08/2020, recalculando-se o benefício nos termos do artigo 17 do mesmo diploma legal.

6310.2020/0004031-3 - MARIA EMÍLIA BARCA DA SILVA - À vista das informações e com base no artigo 30, "a" da Lei nº 7447/70, JULGO EXTINTA a cota parte de pensão, a partir de 07/07/2020, recalculando-se o benefício nos termos do § único do mesmo artigo.

6310.2020/0004046-1 - MARGARIDA GOMES CARLOS - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 9.157/80, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 04/09/2020.

6310.2020/0004048-8 - MARIA JOSÉ FERNANDO - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 03/09/2020.

6310.2020/0004059-3 - MARIA MARGARIDA DE CARVALHO SEABRA - À vista das informações e com base no inciso I, do artigo 23, da Lei nº 9.157/80, JULGO EXTINTA a cota parte de pensão, a partir de 09/12/2020, recalculando-se o benefício nos termos do artigo 24, do mesmo diploma legal.

6310.2021/0000187-5 - JOSÉ MARIANO MENEZES NASCIMENTO - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 13/01/2021.

6310.2021/0000266-9 - RUTH MOREIRA - À vista das informações e com base no artigo 23, I e parágrafo único do artigo 24, todos da Lei nº 9.157/80, JULGO EXTINTA a pensão, a partir de 05/01/2021.

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS

6310.2019/0003089-8 - HERMINIA GOMES FERREIRA e MAISA MOREIRA MARCONI - À vista das informações, documentos apresentados e relatório da Seção de Assistência Social de documento SEI nº 037568195, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 021439945, referente à Sra. Herminia Gomes Ferreira, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso II da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I e II, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6". À vista das informações, documentos apresentados e relatório da Seção de Assistência Social de documento SEI nº 037568195, INDEFIRO o pedido constante do documento SEI nº 022750464, referente à Sra. Maísa Moreira Marconi, por não preencher as condições previstas no inciso I, §3º e 5º do artigo 2º e 3º da Lei nº 15.080/2009, Orientação de Serviço 01/12-IPREM/SUP e artigo 5º e 6º do Decreto nº 58.708/2019. Ou seja, por não haver ficado suficientemente comprovada a união estável alegada.

6310.2020/0002617-5 - MARIA LUCIA GENTIL DA SILVA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 033270139, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002628-0 - TEREZA RIBEIRO CAZELATTO - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 033641615, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – INDEFERIDOS

6310.2020/0002483-0 - DERCILIA MORELATO PEREIRA - À vista das informações e documentos apresentados, INDEFIRO o pedido constante do documento SEI nº 034464878, por não preencher as condições previstas no inciso II, §1º do artigo 2º e 3º da Lei nº 15.080/2009 e artigo 1º, inciso III, §1º e artigo 6º do Decreto 58.708/2019. Ou seja, por não comprovar alegada dependência econômica.

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO

6310.2020/0001540-8 - SOLANGE RODRIGUES DE OLIVEIRA - ADVOGADO: ALFREDO KAZUHIDE TAKEDA - OAB/SP 399.271 - À vista das informações e novos documentos juntados, CONHEÇO por tempestivo, o pedido de Reconsideração do Despacho proferido em SEI nº 030263370, e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, inscrevendo-se o Requerente no rol de beneficiários do Instituto, com base no artigo 2º, inciso I, da Lei nº 15.080/2009, pagando-se a pensão na forma prevista no artigo 12, inciso IV, do mesmo diploma legal, a partir de 18/06/2020.

6310.2020/0003640-5 - MATEUS MBURE DESTRO - ADVOGADA: Helvia de Faria Teixeira Pacheco - OAB/SP 394.057 - À vista das informações e a inexistência de novos elementos convincentes, CONHEÇO, por tempestivo, o pedido de Reconsideração do Despacho, proferido no documento SEI nº 037721497, do presente processo, mas, no mérito, NEGO-LHE provimento, mantendo-se a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

RETIFICAÇÃO DO DESPACHO CONCESSIVO DA PENSÃO

6310.2018/0001023-2 - ELISA SUMIE MATSUNAGA SHIRABAYASHI - Para fazer constar que o nome correto da pensionista é "Elisa Sumie Matsunaga Shirabayashi", conforme documento de identificação (SEI 7633144).

VISTAS E CÓPIAS DE PEÇAS DE PROCESSOS

6310.2019/0002987-3 - APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA - ADVOGADA: Jacqueline Araujo Ferreira - OAB/SP 278.940 - DEFIRO o pedido de Vistas e Cópias.

6310.2020/0000598-4 - CELITA HARTSTEIN GONÇALVES - ADVOGADA: Nedy Tristão Rodrigues - OAB/SP 254.369 - DEFIRO o pedido de Vistas e Cópias.

6310.2020/0002297-8 - GINA MITIE NAKAGAWA - DEFIRO o pedido de Vistas e Cópias, conforme documento SEI nº 038224155.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - QUITAÇÃO

SEI 6310.2020/0003973-0– MARIA CECILIA GIBRAIL DE OLIVEIRA CAMARGO e PAULO ROBERTO DE CAMARGO.

Autorizo, de conformidade com a competência delegada pelo Título de Nomeação nº 191, publicado no DOC em 01/10/2019, a quitação do débito hipotecário, por ter o IPREM , recebido do (s) devedor (es)a totalidade dos seus créditos, razão pela qual dá ampla e geral quitação, para nada mais pretender a este título.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6013.2019/0002521-0 - PMSP – ELIZABETH GOMES DE AZEVEDO COLONETTI RF(s): 519.853.4-01 e 519.853.4-02 - CTC(s) nº(s) 2056 e 2057/IPREM/2020 emitida(s) em 15/12/2020;

6016.2020/00075544-6 - PMSP – DECIO FERNANDO DE CARVALHO – RF(s): 138.501.1-01 e 138.501.1-02 - CTC(s) nº(s) 2031 e 2032/IPREM/2020 emitida(s) em 09/12/2020;

6016.2021/0003897-5 - PMSP – LUCIMEIA IVIZI – RF(s): 720.832.4-01 - CTC(s) nº(s) 51/IPREM/2021 emitida(s) em 20/01/2021;

6016.2020/0097520-9 - PMSP – ROBERTO RODRIGUES – RF(s): 585.536.5-01, 585.536.5-02 e 585.536.5-03 - CTC(s) nº(s) 67, 68 e 69/IPREM/2021 emitida(s) em 22/01/2021;

6016.2020/0107792-1 - PMSP – SILENE APARECIDA REIS – RF(s): 654.597.1-01 - CTC(s) nº(s) 2068/IPREM/2020 emitida(s) em 17/12/2020;

6018.2020/0084260-9 - PMSP – ANTONIO CARLOS DE JESUS SANTOS – RF(s): 829.274.4-01 CTC(s) nº(s) 2026/IPREM/2020 emitida(s) em 07/12/2020;

6016.2019/0080387-2 - PMSP – ROSANA CEZAR RODRIGUES PERES – RF(s): 681.148.5-02 - CTC(s) nº(s) 2799/IPREM/2019 emitida(s) em 25/11/2019;

6018.2020/0078388-2 - PMSP – JOAO BATISTA PINA – RF(s): 647.761.5-01 e 647.761.5-02 - CTC(s) nº(s) 56 e 57/IPREM/2021 emitida(s) em 22/01/2021;

6018.2020/0078998-8 - PMSP – VALENCIA ELIS ROMAN LORITE – RF(s): 583.397.3-01, 583.397.3-02 e 583.397.3-03 - CTC(s) nº(s) 60, 61 e 62/IPREM/2021 emitida(s) em 22/01/2021.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO

2017-0.163.690-1 - PMSP – SILENE APARECIDA REIS – RF(s): 654.597.1-01 – CTC(s) nº(s) 2078/IPREM/2018 publicada(s) em 11/10/2018.

JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DA SECRETÁRIA

6021.2019/0057265-7
DESPACHO n.º 022/2021-SMJ.G
À vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial a manifestação do Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED, acolhida pela Procuradoria Geral do Município - PGM, que adoto como razão de decidir, determino, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso V, do Decreto 58.414/18, a instauração de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO em face da servidora Elizabete Batista da Silva Lima - RF 812.655.1, vínculo I, com fundamento no artigo 207, nos termos do artigo 188, III , por infração aos artigos 178, incisos XI e XII e 179 caput, todos da Lei 8.989/79.

6021.2019/0033250-8
DESPACHO n.º 023/2021-SMJ.G
Em face dos elementos constantes do presente, em especial as conclusões de Departamento de Procedimentos Disciplinares – PROCED e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que adoto como razão de decidir, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea a, do Decreto nº 58.414/18, determino o ARQUIVAMENTO da presente sindicância, com fulcro no artigo 205 da Lei nº 8.989/79 e 106 do Decreto nº 43.233/03, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 75 do Decreto nº 43.233/03.

6021.2018/0029554-6
DESPACHO n.º 024/2021-SMJ.G
À vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial a manifestação do Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED, acolhida pela Procuradoria Geral do Município – PGM, que adoto como razão de decidir, determino, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso V, do Decreto 58.414/18, a instauração de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO em face do servidor ELDAIR FRANCISCO PEREIRA, R.F. 623.971.4 – Vínculo 4, Auxiliar Técnico de Educação, CAT. 2, nos termos do art. 207 da Lei 8.989/79 e art. 84 do Decreto 43.233/2003 e artigo 6º, inciso IV da Lei Municipal nº 16.488/16, por infração aos artigos 178, incisos XI e XII e 179 "caput", ambos da Lei 8.989/79 e artigo 2º e § 1º, inciso II da Lei Municipal nº 16.488/16.

6021.2021/0000525-0
DESPACHO n.º 026/2021-SMJ. G

À vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as manifestações do Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED, acolhidas pela Procuradoria Geral do Município -PGM, que adoto como razão de decidir, determino, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso V, do Decreto 58.414/18, a instauração de SINDICÂNCIA ESPECIAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

6021.2019/0054318-5
DESPACHO n.º 027/2021-SMJ.G
Em face dos elementos constantes do presente, em especial as conclusões de Departamento de Procedimentos Disciplinares – PROCED e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que adoto como razão de decidir, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea a, do Decreto nº 58.414/18, determino o ARQUIVAMENTO da presente sindicância, com fulcro no artigo 205 da Lei nº 8.989/79 e 106 do Decreto nº 43.233/03, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 75 do Decreto nº 43.233/03.

6021.2020/0006898-5
DESPACHO n.º 028/2021-SMJ.G
À vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as conclusões da Coordenadoria Geral do Consultivo - CGC e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que acolho como razão de decidir, aplico, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea c, item 3, do Decreto 58.414/18, a pena de DEMISSÃO do serviço público municipal a servidora LUCILEIDE DE OLIVEIRA LOURENÇO- RF 832.814-5, vínculo 1, efetiva, Assistente de Gestão Políticas Públicas - AGPP, nos termos dos artigos 188, inciso I e §1º, da Lei nº 8.989/79, permanecendo injustificadas as faltas cometidas, conforme disposto no artigo 149, do Decreto nº 43.233/03, na redação dada pelo artigo 41, do Decreto nº 46.861/05.

Portaria nº 06/2021 - SMJ.G

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça, à vista do que consta do processo nº 6021.2020/0006898-5,

RESOLVE,

no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea c, item 3, do Decreto 58.414/18, aplicar a pena de DEMISSÃO do serviço público municipal a servidora LUCILEIDE DE OLIVEIRA LOURENÇO- RF 832.814-5, vínculo 1, efetiva, Assistente de Gestão Políticas Públicas - AGPP, nos termos dos artigos 188, inciso I e §1º, da Lei nº 8.989/79, permanecendo injustificadas as faltas cometidas, conforme disposto no artigo 149, do Decreto nº 43.233/03, na redação dada pelo artigo 41, do Decreto nº 46.861/05.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA Nº 04/2021 – PGM.G
Dispõe sobre a prorrogação dos prazos que especi-

fica.

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a delegação de competência prevista no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto nº 59.326, de 2 de abril de 2020, e no artigo 4º, do Decreto nº 59.603, de 14 de julho de 2020,

RESOLVE:
Art. 1º Ficam prorrogados até 28 de fevereiro de 2021 os prazos previstos:

I – no artigo 2º, do Decreto ° 59.326, de 2 de abril de 2020;

II – no artigo 3º, do Decreto 59.603, de 14 de julho de 2020;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPTO DE DESAPROPRIAÇÕES

DESPACHO DO GABINETE DA PROCURADORIA – DESAP

SEI -6037.2020/0002502-7 -*Vilmar Marino*.Pagamento de honorários de Assistente Técnico.Autorização para emissão de Nota de Empenho. **DESPACHO**Em face dos elementos que instruem o presente e à luz do disposto no Decreto nº 60.052, de 15/01/2021, bem como na Lei nº 17.224/19, no Decreto nº 59.270/20 e na Ordem Interna nº 01/2020/DESAP/G; considerando a competência delegada na Portaria nº 09/2020 – PGM/CGGM, e, ainda, o parecer retro de DESAP-G/AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3 024.4.817.3.3.90.36.00.00** do orçamento vigente no valor de **R\$4.300,00(quatro mil e trezentos reais)**, conforme nota de reserva de recursos (Doc. 038175432), em nome de **VILMAR MARINO, CPF nº 135.477.168-02**, correspondente ao pagamento dos honorários de Assistente Técnico em virtude dos serviços prestados na ação de desapropriação de autos nº 1069634-43.2019.8.26.0053- 9º VFP.

DEPTO FISCAL - FISC

ASSESSORIA JURÍDICA

SEI Nº 6021.2021/0002146-8 - Ref.: Solicitação de **Acordo Especial - CCM 2.759.623-0 (AIIMs 67186483, 67186491, 67186505 e 67186513 - exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016) - DESPACHO nº 32/2021 - FISC G** - No uso da competência que me é conferida pelo artigo 32, §3º, III, c, do Decreto nº 57.263/2016, bem como pelo art. 3º da Portaria nº 31/2016 PGM/GAB (com a redação dada pela Portaria nº 202/2018 - PGM.G), em razão das ponderações contidas na manifestação de FISC I (038213565), a qual acolho como razão de decidir, **AUTORIZO**, para o contribuinte de CCM nº 2.759.623-0, o parcelamento dos débitos em aberto correspondentes aos AIIMs 67186483, 67186491, 67186505 e 67186513 - exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016, em 60 vezes.

DEPTO JUDICIAL

DESPACHO DO DIRETOR

6021.2020/0042104-9 –Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiais, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 60.052/2021, no uso da competência que me foi delegada pelas Portarias 01/2016 e 09/2020 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 165,66 (cento e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), onerando a dotação nº 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça JOSÉ ROBERTO DE CAMPOS SALLES?, inscrita no CPF sob o n. 077.643.018-17, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2020/0041040-3 – Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiais, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 60.052/2021, no uso da competência que me foi delegada pelas Portarias 01/2016 e 09/2020 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 414,15 (quatrocentos e quatorze reais e quinze centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.0 0 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento

de 05 diligências do Oficial de Justiça PAULO MIRAS LOPES ANDRÉ, inscrito no CPF sob o n. 151.052.308-17, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2020/0008408-5 – Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiais, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 60.052/2021, no uso da competência que me foi delegada pelas Portarias 01/2016 e 09/2020 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 318,36 (trezentos e deztoito reais e trinta e seis centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências da Oficial de Justiça SILVANA MARIA LIDIA OPPI-DO, inscrita no CPF sob o n. 920.232.408-59, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO

PROCESSO Nº6110.2020/0003613-0
I–À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2020/0003613-0 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:

II–A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar, em atendimento ao princípio de eficiência;

III–O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização a “PLANTÃO MÉDICO EMPREENDIMENTOS LTDA.” se deu por outros motivos sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para que o evento ocorresse.

ADITAMENTO

PROCESSO Nº 6110.2019/0009913-0
I – À vista dos elementos constantes do processo, em especial a manifestação da Gerência de Suprimentos, que acolho, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe, com fundamento no art. 4º do Decreto 56.144/2015, além do parágrafo 2º do artigo 45 e o artigo 46 da Lei 17.433 de 29 de julho de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 59.685 de 13 de agosto de 2020 e pela competência delegada por Lei, AUTORIZO o Aditamento da Ata de Registro de Preços nº 060/ AHM/2020, celebrada com a CEI COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 40.175.705/0001-64, registro de preços de: ITEM 01 – AGULHA PARA ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO, cujo fornecimento encontra-se destinado às unidades de saúde pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, para PRORROGAR a vigência da ATA pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 27/04/2021, mantendo as mesmas condições anteriormente contratadas.

PENALIDADE

PROCESSO Nº 6110.2017/0006306-0
I – À vista dos elementos noticiados que instruem o presente processo administrativo, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho como razão de decidir, considerando a Lei Municipal nº 17.433/2020, em seu art. 45º, §2º, e o Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, APLICO à empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62, a PENA DE MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Termo de Contrato Emergencial nº 43/2017, apenas com relação aos valores devidos/pagos pelos serviços prestados no período de 01/09/2017 até 30/09/2017 no Hospital Municipal Arthur Ribeiro de Saboya, no Hospital Municipal Ignácio Prouença de Gouvea e no Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaio, com fulcro no artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93 e na cláusula 8.4 do referido Termo de Contrato, em virtude dos descumprimentos das cláusulas 3.1, 3.1.5, 3.1.6, 3.1.7, 3.7, 3.9 e 3.14, apurados por meio dos atestados de medição de serviços e relatórios de ocorrências administrativas realizados pelas referidas unidades hospitalares e que resultaram na avaliação dos serviços prestados para o período como Não a Contento.

II – Para efeito de Recurso Administrativo, nos termos do artigo